



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA – LTDA

FACULDADE DE ITAITUBA – FAI

CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CAMILA DA COSTA OLIVEIRA

CAMILA LUIZA DA SILVA ALMEIDA

**RELAÇÃO ENTRE A CONTABILIDADE DE CUSTOS E A
SUSTENTABILIDADE: Um Estudo de Caso na Empresa Auto Posto
Pinheiro no Município de Itaituba/PA**

Itaituba – PA

2026

CAMILA DA COSTA OLIVEIRA
CAMILA LUIZA DA SILVA ALMEIDA

**RELAÇÃO ENTRE A CONTABILIDADE DE CUSTOS E A
SUSTENTABILIDADE: Um Estudo de Caso na Empresa Auto Posto
Pinheiro no Município de Itaituba/PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Esp. Augusto César Amorim do
Nascimento.

Itaituba – PA

2026

OLIVEIRA, CAMILA DA COSTA; ALMEIDA, CAMILA LUIZA DA SILVA.

Relação entre a Contabilidade de Custos e a Sustentabilidade: Um Estudo de Caso na Empresa Auto Posto Pinheiro no Município de Itaituba/PA - FAI / Camila da Costa Oliveira. Camila Luiza da Silva Almeida. Itaituba: FAI, 2026.

58 f.

Orientador: Prof. Augusto César Amorim do Nascimento.

Trabalho de Conclusão de Curso Graduação em Bacharelado de Ciências Contábeis – Faculdade de Itaituba, 2026.

1. Custo. 2. Sustentabilidade. I. NASCIMENTO, Augusto César Amorim do. II. Faculdade de Itaituba. Itaituba, BR – PA, 2026.

CAMILA DA COSTA OLIVEIRA
CAMILA LUIZA DA SILVA ALMEIDA

**RELAÇÃO ENTRE A CONTABILIDADE DE CUSTOS E A
SUSTENTABILIDADE: Um Estudo de Caso na Empresa Auto Posto
Pinheiro no Município de Itaituba/PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Esp. Augusto César Amorim do
Nascimento.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ Nota: _____
Prof. _____, _____

Orientador(a): _____ Nota: _____
Prof. Esp. Augusto César Amorim do Nascimento.

Avaliador(a): _____ Nota: _____
Prof. _____, _____

Resultado: _____ Média: _____

Itaituba/PA, fevereiro de 2026.

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho a **Deus**, que é minha força e meu sustento. À minha família querida, especialmente minha mãe **Leilza**, meu pai José e minha irmã **Karina**, por todo amor e apoio incondicional. Aos colegas e professores que caminharam comigo nesta jornada, meu carinho e gratidão eternos.*

(OLIVEIRA, 2026)

*Dedico este trabalho aos meus pais e familiares, por estarem sempre ao meu lado com amor e encorajamento. Ao meu orientador **Augusto César Amorim do Nascimento**, pelos ensinamentos e confiança. Aos professores, amigos e colegas de curso, por compartilharem aprendizados e fortalecê-la ao longo desta trajetória.*

(ALMEIDA, 2026)

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a **Deus** por sempre estar conosco por ser nosso sustento e minha força, amamos **Deus** mais que tudo nesse mundo! Agradeço minha família e em especial minha mãe **Leilza** meu pai **José** e minha irmã **Karina**, sou grata por todo o apoio que me deram e se conseguir foi porque vocês me ajudaram. Agradeço meus colegas e também meus professores que foram fundamentais nessa etapa da minha vida. Amo todos vocês.

(OLIVEIRA, 2026)

Agradeço aos meus pais e familiares, que sempre estiveram ao meu lado com amor, compreensão e palavras de encorajamento. Cada gesto de apoio foi fundamental para que eu chegasse até aqui. Ao meu orientador **Augusto César Amorim do Nascimento** pela orientação dedicada, paciência e confiança no meu potencial. Sou profundamente grata por cada conselho que contribuiu para meu crescimento acadêmico e pessoal. Aos professores que fizeram parte da minha formação, deixo minha admiração e respeito. Aos amigos e colegas de curso, obrigada pela parceria, pelos aprendizados compartilhados e pela força nos momentos mais desafiadores. E a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para este trabalho, registro minha sincera gratidão. Este TCC é resultado de um sonho construído coletivamente.

(ALMEIDA, 2026)

*O Sucesso é a soma de pequenos esforços
repetidos dia após dia.*

“Robert Collier”

RESUMO

O presente estudo abordou o tema “relação entre a contabilidade de custos e a sustentabilidade: um estudo de caso na empresa Auto Posto Pinheiro no Município de Itaituba/PA”. O objetivo geral foi analisar de que forma a contabilidade de custos pode contribuir para a adoção de práticas sustentáveis em uma empresa e os objetivos específicos foram identificar os principais métodos de contabilidade de custos utilizados pela empresa e como eles são aplicados no controle de suas atividades; avaliar a percepção do gestor sobre a importância da contabilidade de custos como ferramenta de apoio à implementação de ações sustentáveis; propor sugestões de melhorias nos processos de controle de custos que possam contribuir para a sustentabilidade econômica, ambiental e social da empresa. A metodologia empregada à pesquisa adotou abordagens qualitativa e quantitativa de natureza exploratória, iniciando com uma pesquisa bibliográfica baseada em livros, artigos e materiais acadêmicos online. Em seguida, realizou-se uma pesquisa de campo na empresa Auto Posto Pinheiro localizada em Itaituba-PA, por meio da aplicação de um questionário estruturado contendo perguntas abertas e fechadas com a participação de um respondente, sendo o gestor/proprietário responsável pela empresa. Diante dos resultados apresentados evidenciam que a Auto Posto Pinheiro adota práticas sustentáveis alinhadas ao uso eficiente de recursos, manutenção preventiva e redução de impactos ambientais, demonstrando que a contabilidade de custos auxilia na tomada de decisões estratégicas e no fortalecimento da cultura organizacional voltada à sustentabilidade.

Palavras-chave: Contabilidade de Custos. Sustentabilidade. Gestão Empresarial. Estudo de Caso.

ABSTRACT

The present study addressed the theme “relationship between cost accounting and sustainability: a case study at Auto Posto Pinheiro in the Municipality of Itaituba/PA.” The general objective was to analyze how cost accounting can contribute to the adoption of sustainable practices in a company, and the specific objectives were to identify the main cost accounting methods used by the company and how they are applied in the control of its activities; to assess the manager’s perception of the importance of cost accounting as a support tool for the implementation of sustainable actions; and to propose improvement suggestions in cost control processes that may contribute to the economic, environmental, and social sustainability of the company. The methodology employed in the research adopted qualitative and quantitative approaches of an exploratory nature, beginning with a bibliographic review based on books, articles, and academic materials available online. Subsequently, a field research was carried out at Auto Posto Pinheiro, located in Itaituba-PA, through the application of a structured questionnaire containing open and closed questions, with the participation of one respondent, the manager/owner responsible for the company. The results indicate that Auto Posto Pinheiro adopts sustainable practices aligned with the efficient use of resources, preventive maintenance, and the reduction of environmental impacts, demonstrating that cost accounting assists in strategic decision-making and in strengthening an organizational culture oriented toward sustainability.

Keywords: Cost Accounting. Sustainability. Business Management. Case Study.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Visão frontal da empresa Auto Posto Pinheiro. Fonte: Santos (2025)..... 37
- Figura 2 – Logo marca da empresa Auto Posto Pinheiro. Fonte: Pinheiro (2024).... 37
- Figura 3 – Organograma da empresa Auto Posto Pinheiro. Fonte: Pinheiro (2024). 38

LISTA DE GRAFICOS E QUADROS

Gráfico 1 – Os três pilares da sustentabilidade ou Triple Bottom Line (TBL). Fonte: Baseado em CES-FGV (2019) e em Sustainable measures (2016)	20
Quadro 1 – Fatores de impactos referente ao valor das organizações e de investimentos: Ambientais, Sociais e de Governança. Fonte: Global Compact (2015)	24

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT –	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANP –	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
BR –	Brasil
BS –	British Standard
BSI –	British Standards Institute
CEP –	Código de Endereçamento Postal
CES-FGV –	Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas
CFC –	Conselho Federal de Contabilidade
CNPJ –	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNS –	Conselho Nacional de Saúde
ESG –	Environmental, Social and Governance
FAI –	Faculdade de Itaituba
GNV –	Gás Natural Veicular
ISO –	International Organization for Standardization
SLU –	Sociedade Limitada Unipessoal
PA –	Pará
PDCA –	Plan, Do, Check, Act
PFC –	Princípios Fundamentais de Contabilidade
SGA –	Sistema de Gestão Ambiental
TBL –	Triple Bottom Line
TCC –	Tese de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
2.1 CONTABILIDADE DE CUSTOS E SUSTENTABILIDADE: CONCEITOS E CONTEXTO HISTÓRICO.....	18
2.1.1 Contabilidade de Custos.....	19
2.1.2 Sustentabilidade.....	22
2.1.3 International Organization for Standardization (ISO).....	23
2.1.4 Environmental, Social e Governance (ESG).....	23
2.2 PRINCÍPIOS CONTÁBEIS APLICADOS À CONTABILIDADE DE CUSTOS.....	26
2.2.1 Princípio da Entidade.....	27
2.2.2 Princípio da realização da receita.....	27
2.2.3 Princípio da competência ou da confrontação entre despesas e receitas.....	28
2.2.4 Princípio do custo histórico como base de valor.....	29
2.2.5 Consistência ou uniformidade.....	29
2.2.6 Conservadorismo ou prudência.....	30
2.2.7 Materialidade ou relevância.....	31
2.3 PRINCÍPIOS CONTÁBEIS: ATIVOS, PASSIVOS, RECEITAS E DESPESAS AMBIENTAIS.....	31
2.4 APLICAÇÃO DA CONTABILIDADE DE CUSTOS PARA AS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO DA EMPRESA.....	34
3 METODOLOGIA.....	36
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	36
3.2 LOCAL DE ESTUDO E CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS.....	36
3.3 INSTRUMENTOS E DADOS AMOSTRAIS.....	38
3.4 ANÁLISES DOS BENEFÍCIOS E DOS RISCOS.....	39
3.5 ASPECTOS ÉTICOS.....	39
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	40
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS.....	50
APÊNDICE: QUESTIONÁRIO ELABORADO PARA A ENTREVISTA.....	59

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como título “Relação entre a Contabilidade de Custos e a Sustentabilidade: Um Estudo de Caso na Empresa Auto Posto Pinheiro no Município de Itaituba/PA” que aborda conteúdos sobre a importância que a contabilidade possui nas atribuições dos princípios contábeis de custos e os benefícios que possui para a sustentabilidade no desenvolvimento de uma empresa.

Desta forma, esta investigação tem como objetivo geral analisar de que forma a contabilidade de custos pode contribuir para a adoção de práticas sustentáveis em uma empresa. Os objetivos específicos são: Identificar os principais métodos de contabilidade de custos utilizados pela empresa e como eles são aplicados no controle de suas atividades; Avaliar a percepção do gestor sobre a importância da contabilidade de custos como ferramenta de apoio à implementação de ações sustentáveis; Propor sugestões de melhorias nos processos de controle de custos que possam contribuir para a sustentabilidade econômica, ambiental e social da empresa.

Esta pesquisa justifica-se pela crescente necessidade das organizações de equilibrarem desempenho econômico com responsabilidade socioambiental. Em um cenário empresarial cada vez mais competitivo e consciente, é fundamental que as empresas não apenas gerenciem seus custos de forma eficiente, mas também adotem práticas que minimizem impactos ambientais e promovam o uso racional dos recursos.

A contabilidade exerce uma função essencial na promoção da sustentabilidade. Apesar da existência de desafios, esta disciplina possui o potencial de oferecer as informações e análises necessárias para a avaliação do desempenho sustentável, apoiar o processo de tomada de decisões e evidenciar o compromisso de uma organização com a sustentabilidade. Com o aumento da relevância da sustentabilidade para o êxito empresarial, é plausível que a função da contabilidade de custos na promoção da sustentabilidade continue a se expandir (PACTO GLOBAL, 2018).

Neste sentido, segundo Santos *et al.* (2019), a contabilidade de custos exerce um papel significativo nas decisões relacionadas a investimentos sustentáveis. Tem a capacidade de oferecer análises financeiras que auxiliam na avaliação da viabilidade e do retorno potencial dos investimentos que promovem a sustentabilidade, tais como

a implementação de tecnologias de energia renovável ou a adoção de programas de responsabilidade social corporativa. Sendo assim, o problema desta pesquisa consiste em: De que forma a contabilidade de custos tem sido utilizada na empresa Auto Posto Pinheiro para apoiar decisões relacionadas à sustentabilidade, como a redução de desperdícios, o uso eficiente de recursos e a adoção de práticas ambientalmente responsáveis?

Como metodologia adotada para a realização da pesquisa, foi utilizado como métodos as abordagens qualitativo e quantitativo de natureza exploratória. Quanto aos meios de pesquisas utilizados neste trabalho estão os seguintes: Em primeiro momento foi realizado uma pesquisa bibliográfica, ou seja, baseada em autores e obras teóricas retiradas de plataformas via web (google acadêmico, revistas, livros, etc.) que permitiu discutir e formular indagações sobre este campo de estudo. Em segundo momento foi realizado uma pesquisa de campo que permitiu realizar coletas de dados através de um questionário com 10 (dez) perguntas para o gestor/proprietário da empresa Auto Posto Pinheiro.

Este trabalho de conclusão de curso está dividido em cinco capítulos: neste capítulo inicial apresenta-se a Introdução da pesquisa. O capítulo 2 – Fundamentação Teórica que dialoga sobre as temáticas como: Contabilidade de custos e sustentabilidade: conceitos e contexto histórico; Princípios contábeis aplicados à contabilidade de custos; Princípios contábeis: ativos, passivos, receitas e despesas ambientais; Aplicação da contabilidade de custos para as práticas de sustentabilidade na gestão da empresa; Aplicação da contabilidade de custos para as práticas de sustentabilidade na gestão da empresa; O capítulo 3 – descreve a Metodologia adotada na pesquisa. O capítulo 4 – expõem sobre os Resultados e Discussão coletadas através da aplicação de um questionário estruturado baseado em pesquisa de campo acompanhado de uma análise sucinta de revisões literárias para o comparativo da resposta do entrevistado. Por fim, apresenta-se a Conclusão da referida pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONTABILIDADE DE CUSTOS E SUSTENTABILIDADE: CONCEITOS E CONTEXTO HISTÓRICO

Segundo Paciolo (2016), desde os primórdios da humanidade, a busca pelo acúmulo de riquezas se manifestou em diversas épocas, levando os indivíduos a utilizarem todos os recursos ambientais disponíveis em seus respectivos meios de vida. Quando tais recursos se esgotavam, eram compelidos a explorar novos territórios geográficos. Esse modo de vida perdurou por um longo período, resultando em uma luta contínua por parte da sociedade para mitigar os danos ocasionados por essas ações.

Para Piotrowski (2020), a contabilidade, considerada uma das ciências mais antigas do mundo, emergiu com a finalidade de fornecer informações relevantes aos usuários internos e externos das empresas, referentes à sua natureza econômica e financeira. Segundo Rosenbloom (2020), com base nas evidências históricas e nos registros descobertos, pode-se afirmar que a contabilidade surgiu em estreita relação com o desenvolvimento da civilização e permanece intrinsecamente ligada a esta, sendo improvável que sua existência cesse em virtude dela.

De acordo com Melis (1997, p. 18), define que:

Desde que o homem se preocupou com o amanhã, preocupou-se também, 'em fazer contas', mas, em verdade, nem sempre soube, racionalmente, o que fazer com as informações que guardou (MELIS, 1997, p. 18).

Conforme citado acima, o autor deixa claro que evidências históricas, entre os séculos XII e XIII quando o trabalho escravo começou a ser substituído pelo trabalho assalariado foi-se tornando mais complexo os procedimentos contábeis, ocasionando então o crescimento da contabilidade. No entanto, demonstrou que a origem da contabilidade surge da necessidade crescente de registrar as atividades comerciais, que, na época, eram documentadas por meio de relatórios simples sobre os eventos contábeis. À medida que o ser humano acumulava bens, aumentava também sua preocupação em entender o potencial de rendimento e a ampliação de suas posses.

Para Nicanor; Picinatto e Einsweiller (2022), a contabilidade se configura, assim, como um instrumento de suma importância, capaz de controlar o patrimônio e

fornecer as informações necessárias para o gerenciamento eficaz dos negócios. É possível observar que a contabilidade esteve presente na história da humanidade desde períodos pré-históricos e passou por diversas modificações, modernizando-se conforme as necessidades e o contexto histórico.

De acordo com Gouveia (1993, p. 1) “ênfatiza a relevância de registrar rigorosamente todas as transações de uma organização, considerando o dinamismo do ambiente empresarial e a imprescindibilidade de comprovar a veracidade de todas as operações realizadas, tanto no âmbito interno da empresa quanto no contexto econômico mais amplo”. Além disso, ressalta que:

[...] contabilidade é um sistema muito bem idealizado que permite registrar as transações de uma entidade que possam ser expressas em termos monetários, e informar os reflexos dessas transações na situação econômico financeira dessa entidade em uma determinada data (GOUVEIA, 1993, p. 1).

Conforme citado acima, o autor afirma que como ocorre na sociedade, a contabilidade tem se modificado e adaptado às transformações que se fazem presentes. Esta intensificação das atividades econômicas e industriais, foi ocorrida após a Segunda Guerra Mundial, resultou em um aumento significativo da demanda por recursos naturais, especialmente no que se refere ao uso de fontes não-renováveis de energia. No entanto esse cenário levou a área contábil a refletir sobre esses temas e sua relevância nas organizações conhecida como contabilidade ambiental ou sustentabilidade contábil.

Conforme Costa (2021), atualmente, no século XXI, as responsabilidades do profissional de contabilidade têm se ampliado de forma significativa. Em decorrência da globalização, das inovações tecnológicas e das constantes mudanças que ocorrem na profissão, torna-se imprescindível que o contador se mantenha atualizado, a fim de atuar com eficácia diante dos desafios diários.

De Paiva (2009, p. 117) define:

A contabilidade ambiental como sendo a atividade de identificação de dados e registro de eventos ambientais, processando a geração de informações que subsidiem o usuário, e servindo como parâmetro em suas tomadas de decisões (PAIVA, 2009, p. 117).

Diante deste fato, a citação do autor acima declarado deixa claro que a contabilidade ocupa um lugar de relevância indiscutível na sociedade, sendo considerada uma profissão de significativo impacto socioambiental. Isso se deve à sua capacidade de comunicar de maneira clara e precisa, por meio de relatórios e demonstrativos, todos os efeitos que uma empresa enfrenta e gera. Deixando claro também que isso implica aos impactos que a empresa sofre, é pertinente mencionar a flutuação nos preços de aquisição de insumos e mercadorias, o aumento dos salários, os tributos pagos, bem como as variações nas vendas.

2.1.1 Contabilidade de Custos

De acordo com Bornia (2002), a contabilidade de custos emerge da contabilidade financeira e da contabilidade geral, tendo suas origens vinculadas à Revolução Industrial. Segundo Welsch (2019), uma gestão de custos devidamente estruturada é capaz de minimizar o ambiente de incertezas, proporcionando ao gestor melhores condições para a tomada de decisão.

Consoante Bornia (2002), com o aparecimento das empresas industriais (revolução industrial), tendo por objetivo calcular os custos dos produtos fabricados. Antes disso, os artigos normalmente eram produzidos por artesãos que, via de regra, não constituíam pessoas jurídicas. Praticamente só existiam empresas comerciais, que utilizavam a contabilidade financeira basicamente para avaliação do patrimônio e apuração do resultado do período.

A partir do século XX, começaram a surgir obras voltadas para escriturar as operações mercantilistas, com o objetivo de enaltecer a apuração do custo e resultados, a fim de ajudar os gestores no controle e gestão do negócio. De acordo com Santos (2011, p.12):

A necessidade do controle fez com que a apuração de custos ganhasse importância desde o início do capitalismo. Era por meio da contabilidade de custos que o comerciante tinha respostas se estava lucrando com seu negócio, pois bastava confrontar as receitas com as despesas do mesmo período. A contabilidade de custos era usada como um instrumento seguro para controlar as variações de custos e de vendas e também para avaliar o crescimento ou retrocesso do negócio (SANTOS, 2011, p. 12).

Conforme a citação, o autor deixa claro que a gestão de custos requer o uso de informações corretas, objetivas e precisas que auxiliam no processo decisório da entidade e sua manutenção no ambiente em que atua; deste modo, cabe ao sistema

de custos coletar dados e transformá-los em informações. E de fato a gestão de custos requer o acesso a informações precisas e confiáveis, essenciais para a formulação de decisões estratégicas e a manutenção da sustentabilidade da empresa.

Para Kroetz (2001, p. 6), “a contabilidade de custos centra sua atenção no estudo da composição e no cálculo dos custos, também observa o resultado dos centros ou dos agentes do processo produtivo. A contabilidade de custos tem como característica ser de caráter interno”. É importante ressaltar ainda, segundo Kroetz (2001, p. 8-9), que:

A contabilidade de custos não se aplica somente às indústrias, sendo que é possível calcular custos comerciais, de serviços, agrícolas etc. Porém a ênfase maior é dada à atividade industrial, uma vez que é neste segmento seu maior campo de atuação (motivo esse que leva muitos a denominarem, erroneamente, a contabilidade de custos como sinônimo de contabilidade industrial (KROETZ, 2001, p. 8-9).

Conforme a citação acima, o autor deixa claro que a notória necessidade da utilização da contabilidade de custos no âmbito empresarial como ferramenta de auxílio aos gestores, neste mercado em que atuam, onde a concorrência não conhece fronteiras e apenas os mais fortes e bem preparados conseguem permanência. No entanto faz com que a contabilidade de custos gera informações que devem ser usadas no planejamento e tomada de decisão, através de métodos contábeis confiáveis, responsáveis por demonstrar a real situação da entidade.

2.1.2 Sustentabilidade

Segundo Santos (2011), as empresas configuram sistemas que interagem com outros sistemas, formando um todo coeso. Quando um de seus componentes não se desenvolve adequadamente, a integridade do todo é comprometida. Nesse contexto, Kates *et al.* (2003, p. 32), afirmam que:

A sustentabilidade pode ser entendida como a capacidade de manter-se ao longo do tempo. O termo "sustentar" possui múltiplas definições, uma das quais se refere à característica de algo que é ininterrupto, cíclico e que possui perspectiva de continuidade. Na situação atual do mundo é insustentável. Em face de uma sociedade em crescimento, globalizada, interconectada e marcada por desigualdades, a humanidade não tem conseguido assegurar a sustentabilidade dos ecossistemas que sustentam a vida na Terra (KATES *et al.* 2003, p. 32).

Conforme citado acima, o autor deixa claro que as sociedades nascem e se desenvolvem por meio de organizações, instituições e empresas que operam para atender às necessidades das pessoas. Erigir um desenvolvimento sustentável pode significar organizações, instituições e empresas satisfazendo as necessidades da população presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações em satisfazerem suas próprias necessidades, afirmando assim que essas mudanças é a inserção da sustentabilidade nos processos de decisão das organizações, das instituições e principalmente das empresas.

De acordo com CES-FGV (2006), a sustentabilidade nas empresas pode ser abordada por meio de três dimensões: a econômica, a social e a ecológica, conhecidas internacionalmente como: Triple Bottom Line (TBL) da sustentabilidade de um negócio. A necessidade do TBL nas empresas pondo suas decisões estratégicas como o bottom line econômico, o bottom line social e o bottom line ambiental, mantendo: a sustentabilidade econômica ao gerenciar empresas lucrativas e geradoras de valor; a sustentabilidade social ao estimular a educação, cultura, lazer e justiça social à comunidade; e a sustentabilidade ecológica ao manter ecossistemas vivos, com diversidade.

Conforme o gráfico 1, há interações entre os três bottom line da sustentabilidade:

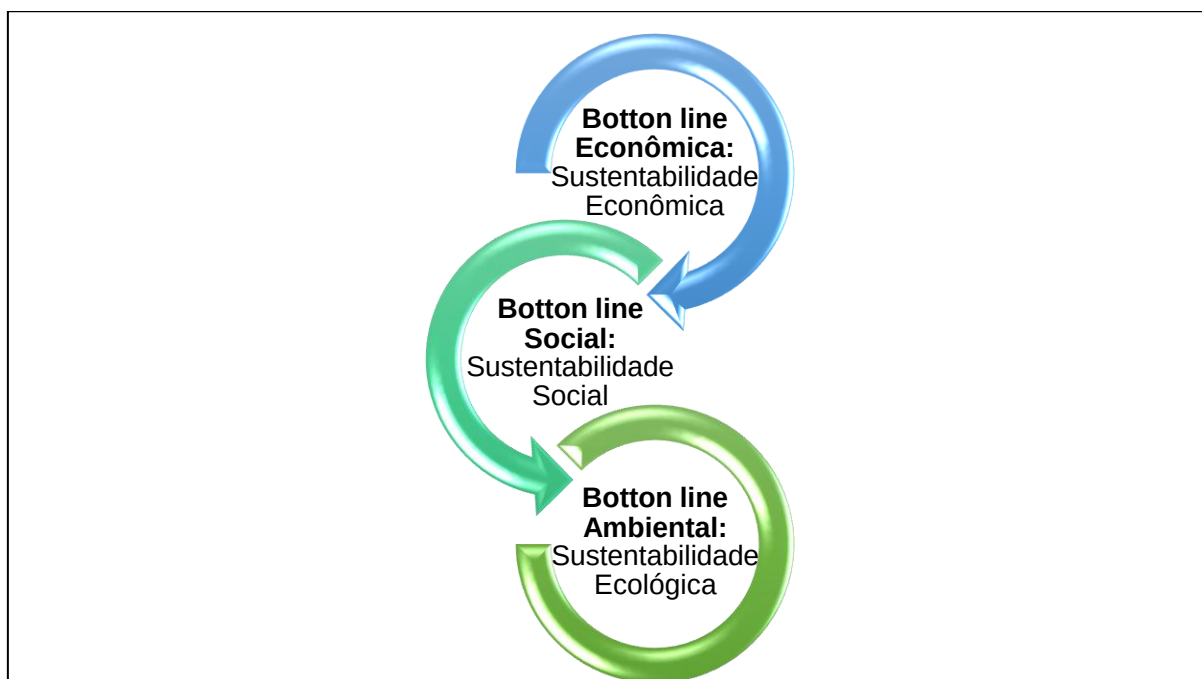


Gráfico 1 – Os três pilares da sustentabilidade ou Triple Bottom Line (TBL). Fonte: Baseado em CES-FGV (2019) e em Sustainable measures (2016).

Segundo Camilleri (2018), constata-se que as características e a sustentabilidade das comunidades são produto das interações entre o meio ambiente, a economia e a sociedade. Dessa forma, diversas empresas que buscam promover o desenvolvimento sustentável têm a oportunidade de investir no bottom line econômico, no bottom line social e no bottom line ambiental. De acordo com Bebbington (2015, p. 143), afirma que:

A contabilidade, enquanto fonte de informação acerca da contribuição das empresas para o desenvolvimento sustentável, possui a capacidade de coletar, analisar, mensurar e divulgar dados relativos à relação da empresa com os aspectos social, econômico e ecológico. Torna-se imperativo que a Contabilidade realize essa comunicação de forma eficaz, evidenciando a contribuição das empresas para a sustentabilidade (BEBBINGTON, 2015, p. 143).

Conforme a citação acima com base em seus estudos, o autor deixa claro que as organizações que podem estruturar seus sistemas de informações de maneira a possibilitar a gestão abrangente de todos os investimentos e resultados relacionados às atividades dos três pilares da sustentabilidade. Embora o exame das fontes de informação referentes aos três pilares seja de suma importância para o avanço da sustentabilidade, o presente trabalho se concentrará exclusivamente na análise da fonte de informação relacionada à sustentabilidade ecológica.

Em virtude disso, Segundo Farias e Barreiros (2020), os indicadores de sustentabilidade associados o bottom line econômico, ou com o social, podem ser utilizados equivocadamente como indicador do bottom line ocorre a geração de informações distorcidas acerca da sustentabilidade ecológica dos negócios, resultando em decisões que podem ser fundamentadas em dados inadequados.

Segundo Camilleri (2018), um outro tipo de equívoco que pode ocorrer refere-se à divulgação de um projeto de preservação de uma determinada área, completamente desvinculada das atividades empresariais, como um gasto ambiental. Na realidade, essa iniciativa pode ser considerada uma ação de sustentabilidade social. Conforme Farias e Barreiros (2020), em outro exemplo, despesas relativas à educação ambiental podem ser erroneamente apresentadas como gastos ambientais; no entanto, devido à sua natureza vinculada a projetos educacionais, estão mais alinhadas a despesas em atividades relacionadas ao impacto social.

2.1.3 International Organization for Standardization (ISO)

Conforme Faroni *et al.* (2010), a International Organization for Standardization (ISO) trata-se de uma organização internacional de federação civil, de caráter normativo e sem fins lucrativos. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é a entidade que representa oficialmente a ISO no Brasil. Conforme indicado por Ben (2005), a ISO foi fundada em 1946, com o objetivo de criar e desenvolver padrões de industrialização.

De acordo com Marcovitch *et al.* (2012), no ano de 1992 o British Standards Institute (BSI) desenvolveu a BS 7750:1992 (Specification for Environmental Management Systems), o primeiro padrão ambiental do mundo. Durante a Conferência Rio-92, surgiu a proposta de criação de um grupo de estudos com o intuito de estabelecer uma norma internacional de gestão ambiental. Em março de 1993, a ISO instituiu o Comitê Técnico 207, destinado ao desenvolvimento da série de normas internacionais de gestão ambiental ISO 14000. A norma ISO 14001 foi desenvolvida com base na BS 7750 e foi publicada em setembro de 1996, em sua versão inicial.

Segundo Faroni *et al.* (2010, p. 23), afirma que:

As empresas buscam a certificação ISO 14001 com o objetivo de implementar, manter e promover a melhoria contínua de um SGA em seus processos relacionados a produtos e serviços. Essa iniciativa visa reduzir os impactos negativos sobre o meio ambiente, que constitui o escopo da norma (FARONI *et al.*, 2010, p. 23).

Conforme a citação acima, o autor deixa claro que a Norma ISO 14001 foi elaborada com o intuito de fornecer mecanismos que possibilitem às empresas identificar e gerenciar seus riscos ambientais. Esta norma fundamenta-se no ciclo Plan, Do, Check, Act (PDCA), que consiste nas etapas de planejar, executar, verificar e agir. Em percurso ao processo o autor declara que se inicia com o planejamento da política, dos impactos e das metas ambientais; seguido pela implementação do ISO, abrangendo treinamentos e a documentação necessária.

Segundo Rosa *et al.* (2021), o cumprimento da Certificação ISO 14001 ocorre por meio de seis etapas: desenvolver uma política ambiental; identificar as atividades, produtos e serviços que têm impacto sobre o meio ambiente; identificar os requisitos legais e regulatórios pertinentes às referidas atividades, utilizando treinamentos, além

de atribuir responsabilidades, documentar e comunicar as diretrizes ao pessoal; e, por fim, realizar a verificação e correção do SGA .

Para Souza e Ribeiro (2019), em 2012, teve início, sob a coordenação do Comitê Técnico 207 da ISO, o processo de revisão da norma ISO 14001. Na sua penúltima atualização, ocorrida em 2004 com a atualização mais recente, realizada em 2015, a norma passou a ser estruturada nos seguintes capítulos: introdução, escopo, referências normativas, termos e definições, contexto da organização, liderança, planejamento, apoio, operação, avaliação e desempenho, e melhoria.

Segundo Para Souza e Ribeiro (2019), com base na versão atualizada alguns conceitos, como "partes interessadas" e "objetivos", permanecem inalterados. No entanto, houve uma atualização nos documentos e nas informações requeridas, assim como nas diretrizes referentes ao uso dos sistemas de informação para o registro das alterações realizadas. Conforme Faroni *et al.* (2010), ademais, é estabelecido um conceito mais abrangente de risco e são sugeridos incentivos mais significativos às ações preventivas, em vez de se concentrar unicamente no tratamento de eventos que já ocorreram.

2.1.4 Environmental, Social e Governance (ESG)

Nas últimas décadas o âmbito empresarial sofreu diversas mudanças que convergiram para uma relação mais saudável entre empresas e meio ambiente. A lucratividade da empresa não depende somente de suas próprias estratégias, mas também do retorno de benefícios à sociedade e ao meio ambiente (HALL, 2017).

Segundo Costa (2017, p. 82), afirma que:

Com a preocupação acerca da escassez de recursos naturais e de agressivas mudanças climáticas, a sustentabilidade ganha cada vez mais espaço no mundo corporativo (COSTA, 2017, p. 82).

Conforme a citação acima, o autor afirma que a sustentabilidade é a capacidade de se autossustentar, de se automanter. A atividade sustentável é aquela que pode ser exercida por um período indeterminado de forma que não se esgote. Ademais, o conceito pode ser ampliado para uma sociedade que não coloca em risco os recursos naturais como o ar, a água, o solo e a vida vegetal e animal dos quais a vida humana depende.

Conforme Claro; Claro e Amâncio (2008), com o amadurecimento das empresas em relação ao impacto e às consequências de suas atividades no ambiente em que estão inseridas, tornou-se habitual o discurso de gestores e empresários acerca da integração entre a prática sustentável e o retorno financeiro. Este debate fundamenta-se nas três dimensões da sustentabilidade, conhecidas como triple bottom line.

Segundo Araújo *et al.* (2018), é nesse contexto que o conceito do ESG (environmental, social e governance) emergiu em 2004, a partir do relatório intitulado “Who Cares Win”, oriundo de uma colaboração entre as Nações Unidas e instituições financeiras, sob a designação de “UN Global Compact”. Para Calderan *et al.* (2021), o referido relatório visava desenvolver diretrizes e recomendações acerca das melhores práticas para a integração das questões ambientais, sociais e de governança corporativa na gestão de ativos, serviços de corretagem de valores mobiliários e funções de pesquisa associadas.

Conforme Calderan *et al.* (2021), as diretrizes estabelecidas pelo Who Cares Win, foi delineada uma série de questões ambientais, sociais e de governança que devem ser levadas em consideração na futura geração de valor dos investimentos. Tal abordagem visa estabelecer uma correlação entre as questões socioambientais e os riscos organizacionais.

O Quadro 1 abaixo apresenta as associações mencionadas.

Quadro 1 – Fatores de impactos referente ao valor das organizações e de investimentos: Ambientais, Sociais e de Governança. Fonte: Global Compact (2015)

Questões ambientais	Questões sociais	Questões de governança
Mudanças Climáticas e Riscos Associados. É imperativa a redução das emissões de substâncias tóxicas e dos resíduos gerados. Ocorre também a promulgação de nova regulamentação que expande os limites da responsabilidade ambiental no que tange a produtos e serviços. Observa-se um aumento da pressão da sociedade civil no sentido de aprimorar o desempenho, a transparência e a responsabilidade das empresas.	Saúde e Segurança no Ambiente de Trabalho. Relações Comunitárias. Questões Relativas aos Direitos Humanos nas Empresas e em Fornecedores/Instalações dos Contratados. Relações com o Governo e a Comunidade no Âmbito das Operações em Países em Desenvolvimento.	Estrutura e Responsabilidades do Conselho. Práticas Contábeis e Divulgação de Informações. Estrutura do Comitê de Auditoria e Independência dos Auditores. Remuneração dos Executivos.

Conforme Donaire (2013), com a institucionalização das questões relacionadas a ESG no âmbito corporativo, as empresas têm logrado estabelecer uma imagem mais condizente com os princípios sociais e ambientais, favorecendo a aceitação pública de suas marcas. É imperativo que as empresas adotem uma postura de responsabilidade socioambiental, uma vez que essa abordagem não apenas aprimora sua imagem institucional, mas também pode resultar em um incremento no número de clientes e na arrecadação.

Com base na pesquisa de Claro, Claro e Amancio (2019, p. 57), afirmam em sua suma que:

É possível concluir que a relação entre as empresas e as práticas sustentáveis pode se transformar em uma oportunidade de negócios, uma vez que resulta na melhoria da qualidade de vida dos stakeholders e na sustentabilidade dos recursos naturais. As organizações estão reavaliando seus processos produtivos com o objetivo de reduzir os desperdícios, o que culmina em uma maior economia de custos e no aumento das receitas (CLARO; CLARO; AMANCIO, 2019, p. 57).

Conforme a citação acima, os autores afirmam que a partir de uma revisão da literatura com a intenção de identificar pesquisas que estabeleçam uma correlação entre práticas sustentáveis e a melhoria do desempenho financeiro das empresas. Nesse sentido, diversos estudos, tanto nacionais quanto internacionais, fundamentaram-se na premissa anteriormente mencionada. A influência da adoção de práticas ambientais, sociais e de governança por parte das empresas brasileiras no processo de decisão de investimento dos gestores de private equity.

Diante do exposto, uma segunda obra pertinente à temática é o estudo realizado por Neves (2022, p. 101), que diz “investigar o papel da divulgação de informações relacionadas ao comprometimento ambiental na relação entre as práticas de ESG e o desempenho financeiro de empresas brasileiras”. Conforme a citação, o autor afirma que o desempenho corporativo em ESG exerce uma influência positiva sobre o desempenho financeiro. Observou-se uma contribuição positiva das práticas ambientais e de governança; contudo, as práticas sociais não demonstraram influência significativa.

Para Khemir *et al.* (2019), no contexto internacional, as pesquisas que abordam o tema ESG tendem a seguir a mesma metodologia das investigações realizadas em âmbito nacional, com o intuito de correlacionar o impacto das práticas ESG no desempenho corporativo. Calderan *et al.* (2021), o estudo realizado teve como

propósito investigar a influência da divulgação de informações relacionadas ao ESG na performance de empresas italianas. Os resultados obtidos demonstraram uma relação positiva entre as práticas ambientais, sociais e de governança e a performance financeira das empresas, a qual foi mensurada por intermédio do lucro operacional.

2.2 PRINCÍPIOS CONTÁBEIS APLICADOS À CONTABILIDADE DE CUSTOS

Para Franco *et al.* (2016), a contabilidade de custos emergiu com o desenvolvimento das indústrias, em resposta à necessidade de avaliar os estoques industriais. Esse contexto elevou a complexidade da função do contador. Com a introdução de novas abordagens, a contabilidade de custos passou a ser amplamente aplicada em diversos outros setores, além do industrial. Atualmente, essa disciplina mensura e apresenta informações financeiras e não financeiras relacionadas à aquisição e ao consumo de recursos pela organização.

Segundo Bampi (2018), disponibiliza informações tanto para a contabilidade gerencial quanto para a contabilidade financeira. Considerando que a contabilidade de custos atua como um centro de informações dentro do campo contábil, não se pode dissociar uma da outra. A contabilidade de custos constitui um instrumento que utiliza os princípios, critérios e procedimentos fundamentais da ciência contábil,

Para Crepaldi (2010), a ciência contábil é capaz de fornecer informações úteis, confiáveis e precisas somente quando todos os profissionais inseridos na função contábil dentro da organização adotam uma orientação conceitual fundamentada nos princípios contábeis. Segundo Brasil (2003), com a publicação da Resolução nº 750 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a observância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade tornou-se obrigatória. Neste contexto, deve-se ressaltar que, em seus aspectos formais, a essência das transações deve prevalecer sobre suas manifestações formais.

Segundo Sanches *et al.* (2021), os princípios contábeis adotados na contabilidade de custos são os seguintes: princípio da entidade, princípio da realização da receita, princípio da competência ou da confrontação entre despesas e receitas, princípio do custo histórico como base de valor, consistência ou uniformidade, conservadorismo ou prudência e a materialidade ou relevância.

2.2.1 Princípio da Entidade

O Princípio da Entidade é considerado o mais fundamental entre os Princípios Fundamentais da Contabilidade (PFC). Segundo Ludícibus (2010), esse princípio assegura que o patrimônio da entidade seja tratado de forma autônoma, evitando a confusão entre bens, direitos e obrigações da empresa e de seus sócios, o que é essencial para a correta mensuração do desempenho econômico e financeiro. Dessa forma, o Princípio da Entidade constitui a base sobre a qual se estruturam os demais princípios contábeis, conferindo confiabilidade, transparência e consistência às demonstrações contábeis.

Sua ausência resulta em ativos indeterminados, o que impede o correto processamento das alterações e transações da empresa. Segundo Koliver (2002, p. 17), afirmam que,

não havendo um ativo determinado e circunscrito, de propriedade de uma entidade particular, integrando, portanto, seu patrimônio ($A - P = PL$), carecerá de sentido sua ação acompanhamento das variações patrimoniais sofridas pelo dito Ativo. [...] a contabilidade de custos só pode processar as mutações dos ativos pertencentes ao ente (KOLIVER, 2002, p. 17).

Conforme a citação acima, o autor estabelece e afirma que a contabilidade deve registrar as operações que se referem especificamente à empresa, evitando qualquer confusão com as atividades de seus proprietários ou de terceiros. Com base nesse princípio, a contabilidade de custos deve considerar como custo de produção apenas as despesas geradas pela própria empresa durante o seu processo produtivo, não computando os gastos de outras empresas, mesmo que estas façam parte do mesmo grupo empresarial.

2.2.2 Princípio da realização da receita

Para Marion (2010), esse princípio garante que o resultado do período reflita de forma adequada os fatos econômicos ocorridos, assegurando maior confiabilidade às demonstrações contábeis. Assim, o reconhecimento correto da receita permite uma avaliação mais precisa do desempenho da entidade, evitando distorções nos resultados e contribuindo para a transparência e a consistência das informações contábeis.

Se o bem ou serviço já foi entregue a terceiros, esse momento representa a realização da receita, como cita Martins (2003, p.31):

Determina este princípio o reconhecimento contábil do resultado (lucro ou prejuízo) apenas quando da realização da receita. E ocorre a realização da receita, em regra, quando da transferência do bem ou do serviço para terceiros (MARTINS, 2003, p. 31).

Conforme a citação acima, o autor deixa claro que este princípio estabelece que as receitas devem ser reconhecidas apenas quando um bem ou serviço é transferido para terceiros. Para empresas do setor industrial e comercial, isso significa que a receita é contabilizada no ato da venda. Além disto, imprime uma distinção importante entre contabilidade e economia: enquanto na economia o processo industrial é visto como um gerador de valor, na contabilidade apenas os custos são considerados como fatores que agregam valor aos produtos ao longo do ciclo industrial; o lucro, por sua vez, só é reconhecido no instante da venda.

2.2.3 Princípio da competência ou da confrontação entre despesas e receitas

O Princípio da Competência possui uma importância fundamental para a Contabilidade de Custos. Para Hendriksen e Van Breda (2016), esse princípio é essencial para assegurar que o resultado contábil represente adequadamente o desempenho econômico da entidade, uma vez que relaciona os custos incorridos às receitas correspondentes. Assim, a correta aplicação do Princípio da Competência possibilita informações contábeis mais consistentes e úteis para a tomada de decisões.

Este aspecto da Teoria Contábil é crucial para os Custos, pois se refere, essencialmente, ao momento em que as despesas são reconhecidas. Conforme afirma Leone, (2000, p. 17):

As receitas e despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem independente de recebimento ou pagamento [...]. “[...] fixa o momento em que cada receita e cada despesa deve integrar o resultado de um período (LEONE, 2000, p. 17).

Conforme a citação acima, o autor afirma que este princípio é uma realização marca o momento em que a receita é reconhecida, enquanto a competência e a confrontação definem quando as despesas e os custos são contabilizados. De acordo com os princípios contábeis, é essencial que se deduzam das receitas todos os gastos

correspondentes, a fim de determinar com precisão o resultado do período, seja ele lucro ou prejuízo.

2.2.4 Princípio do custo histórico como base de valor

Para Martins (2003, p.32), “quando há problemas de inflação, o uso de valores históricos deixa muito a desejar. Ao somarmos todos os custos de produção de determinado item, estoca-lo e leva-lo a balanço pelo valor original, acabamos por ter um ativo que diz quanto custou produzi-lo na época em que foi elaborado”. Conforme a citação, o autor esclarece que a avaliação dos componentes de custos deve ser feita utilizando o valor original de entrada, pois, uma vez integrados, esses valores permanecem inalterados. Dessa forma, na data do Balanço, os Estoques serão refletidos pelos custos de produção na época em que foram fabricados.

Segundo Sá (2017), os ativos devem ser registrados inicialmente pelos valores efetivamente pagos ou incorridos na sua aquisição, servindo esse montante como referência para os registros contábeis posteriores. Segundo Sá, esse princípio confere objetividade e confiabilidade às informações contábeis, pois se fundamenta em valores comprováveis por documentos, reduzindo a subjetividade nas mensurações. Dessa forma, o custo histórico garante maior segurança e consistência na avaliação patrimonial da entidade, especialmente no momento do reconhecimento inicial dos bens e direitos.

Diante dos fatos de acordo com Sanches *et al.* (2021), é importante verificar o valor real de venda do produto, uma vez que este pode sofrer alterações significativas até o momento da transação. O custo histórico refere-se ao valor despendido na aquisição de um ativo, englobando também despesas adicionais, como impostos, fretes, instalações e outros custos essenciais para assegurar que o ativo se encontre em condições adequadas para uso.

2.2.5 Consistência ou uniformidade

As demonstrações contábeis, assim como as datas e os períodos, precisam ser mantidas de maneira uniforme pela empresa, afirma Martins (2003, p.36), “Esse é um dos aspectos que a Auditoria Independente mais procura verificar, já que tem interferência direta e, às vezes, relevante nas peças de sua maior preocupação: Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado”. Conforme a citação, o autor exalta em seu estudo que existem diversos métodos para o rateio de Custos Indiretos.

No entanto, uma vez que um método é adotado, é crucial manter a consistência em sua aplicação. Mudanças nesse sentido podem impactar os valores dos estoques.

Para Marion (2023), a uniformidade dos procedimentos contábeis é essencial para que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar corretamente a evolução do patrimônio e do resultado da entidade, evitando interpretações distorcidas. Assim, a observância desse princípio reforça a confiabilidade, a clareza e a transparência das informações contábeis, sendo obrigatória a divulgação e justificativa de eventuais alterações nos critérios adotados.

Segundo Faroni *et al.* (2010), a área da contabilidade, os termos consistência e uniformidade são comumente utilizados como sinônimos, refletindo a noção de que deve ser mantida a mesma abordagem ou método contábil para transações análogas ao longo do tempo, dentro de uma mesma entidade. Tal prática assegura a comparabilidade das informações financeiras tanto ao longo dos diferentes períodos quanto entre distintas organizações.

2.2.6 Conservadorismo ou prudência

Princípio que estabelece a utilização do menor valor para os ativos e do maior valor para os componentes do passivo, conforme falas mencionada por Leone (2000 p.19), “impõe a adoção da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitas diante dos demais princípios”. Conforme a citação, o autor afirma que existem certos tipos de gastos geram incertezas sobre sua classificação, se são custo ou despesa, diretos ou indiretos, fixos ou variáveis. Em caso de dúvida, é recomendável adotar a abordagem mais conservadora, que não resulta na ativação desse valor.

Em caso de dúvida, a abordagem mais adequada é adotar o conservadorismo ao contabilizar um item, compreendendo que Martins (2003, p.36):

Se existirem dúvida sobre contabilizar um item como parte do Patrimônio Líquido ou das dívidas, deve também ser adotada a alternativa mais conservadora, isto é, a que avaliar pela forma mais precavida o Patrimônio Líquido (MARTINS, 2003, p. 36).

O autor relata que assim, ao classificar os custos como despesas no momento em que se torna claro que não irão contribuir para a realização futura dos

objetivos da empresa, a Contabilidade de Custos está atuando de acordo com o princípio da prudência.

2.2.7 Materialidade ou relevância

Se o valor em questão for considerado insignificante, essa norma libera a entidade da obrigação de levá-lo em conta, conforme explica Martins (2003, p.37):

Essa outra regra contábil é de extrema importância para Custos. Ela desobriga de um tratamento mais rigoroso aqueles itens cujo valor monetário é pequeno dentro dos gastos totais (MARTINS, 2003, P. 37).

Conforme a citação, o autor deixa claro que a contabilidade de custos analisa a relevância e o impacto das informações recebidas para registro contábil. Um exemplo disso são certos materiais de consumo industrial que, teoricamente, deveriam ser contabilizados como custos com base em sua utilização real. No entanto, devido à sua imaterialidade, esses itens são frequentemente considerados na totalidade como despesas do período em que foram adquiridos.

2.3 PRINCÍPIOS CONTÁBEIS: ATIVOS, PASSIVOS, RECEITAS E DESPESAS AMBIENTAIS

De acordo com Brasil (2003), a contabilidade está sempre em transformação, ampliando seus conhecimentos e habilidades para atender um público cada vez mais diversificado, que inclui aqueles atentos às questões ambientais e sociais. Nesse cenário, estão sendo criados métodos que, por meio de 34 indicadores, comunicam de forma clara o compromisso das empresas com os impactos que causam no ambiente onde atuam.

Ainda segundo a Resolução do CFC 750/93, que dispõe dos

Princípios fundamentais de contabilidade (PFC): “Os Princípios Fundamentais de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País. Concernem, pois, à Contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o patrimônio das entidades (BRASIL, 1993, p. 132).

Conforme citado, o manual CFC 750/93 deixa claro que para garantir a conformidade com os procedimentos e registros contábeis, surgiu a necessidade de desenvolver uma ferramenta que pudesse gerenciar os registros dos eventos que contribuem para o patrimônio da entidade. Em decorrência disso, foram estabelecidas normas visando o controle efetivo dos relatórios contábeis, reconhecidas como Princípios da Contabilidade, que devem servir de base para toda a área contábil.

Para Tinoco e Kraemer (2011), os princípios ativos ambientais são definidos como todos os bens e direitos que uma organização detém, aplicados na forma de investimentos, os quais proporcionam benefícios em prazos de curto, médio ou longo prazo. Os ativos ambientais incluem os investimentos realizados com o intuito de mitigar os impactos ambientais e/ou assegurar a preservação da natureza.

Segundo Silva (2019), os ativos ambientais constituem todos os bens e direitos detidos pelas empresas que possuem a capacidade de gerar benefícios econômicos em períodos futuros, além de visarem à preservação, proteção e conservação do meio ambiente. Para Tinoco e Kraemer (2011), é imperativo que esses ativos sejam segregados em uma seção distinta das demonstrações contábeis. Dessa forma, a empresa não apenas tornaria transparentes suas práticas, mas também permitiria ao usuário avaliar essas informações de maneira comparativa em relação aos demais elementos que compõem tais demonstrações.

De acordo com Tinoco e Kraemer (2001), os princípios dos passivos ambientais constituem uma obrigação vigente da entidade, resultante de eventos já ocorridos, cuja liquidação se antecipa que resulte em um desembolso de recursos capazes de gerar benefícios econômicos para a entidade. A análise realizada indica que os passivos ambientais têm sua origem em atos que geram responsabilidade ambiental, configurando uma obrigação decorrente de custos ambientais que se acumulam ao longo de períodos extensos.

O IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil), segundo NPA 11 – Balanço e Ecologia conceitua o Passivo Ambiental (2011, p. 21) dispõe que: “toda agressão perpetrada ou que ainda se perpetra contra o Meio Ambiente está vinculada ao montante dos investimentos requeridos para a sua reabilitação, bem como a multas e indenizações potenciais”. Conforme mencionado, a NPA 11 esclarece que, ao seguir essa diretriz, o usuário terá maior facilidade para visualizar e tomar as decisões pertinentes. Contudo, lamentavelmente, essa recomendação frequentemente não tem sido observada pelas empresas.

Segundo Tinoco e Kraemer (2019), a receita é definida como aumento nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos que resultam em aumentos do patrimônio líquido da entidade e que não sejam provenientes de aporte de recursos dos proprietários da entidade. As receitas englobam tanto as receitas propriamente ditas como os ganhos. Para a contabilidade receita é todo aquele recurso proveniente de vendas em benefício para a empresa.

As receitas obtidas que são relacionadas ao meio ambiente, são consideradas receitas ambientais, e de acordo com Lourence (2016, p. 142), pode ser decorrente das seguintes atividades:

- Oferecimento de serviços especializados em gestão ambiental;
- Comercialização de produtos elaborados a partir de resíduos do processo produtivo;
- Venda de itens reciclados;
- Geração de receita através da reutilização de gases e calor;
- Diminuição do consumo de matérias-primas;
- Redução do consumo de energia;
- Economia no uso de água;
- Contribuição para o faturamento total da empresa, refletindo um compromisso responsável com a preservação do meio ambiente.

Estas atividades consideradas podem incluir a comercialização de produtos reciclados ou oriundos de sobras do processo produtivo, a oferta de serviços relacionados à gestão ambiental, de acordo com Lourence (2016), a redução do consumo de recursos e a venda de produtos que promovem a sustentabilidade. As iniciativas associadas às receitas ambientais têm como foco a gestão eficiente de recursos, bem como o desenvolvimento de produtos ou serviços que contribuem para a preservação do meio ambiente, resultando em benefícios tanto econômicos quanto sociais.

Segundo Albuquerque (2009), as despesas e custos ambientais refere-se a todas as despesas associadas ao gerenciamento do meio ambiente, que foram incorridas no período em questão e alocadas na área administrativa. Assim, é possível

afirmar que os custos ambientais englobam todos os gastos que, de forma direta ou indireta, estão relacionados à proteção do meio ambiente.

No que se refere às despesas ambientais, Alburquerque (2009), citou exemplos sobre a aquisição de insumos e equipamentos destinados à prevenção da poluição, bem como a formulação e a manutenção de programas relacionados a políticas ambientais, entre outros. Sob uma perspectiva social, os custos ambientais podem ser definidos como o valor associado aos danos causados ao meio ambiente.

2.4 APLICAÇÃO DA CONTABILIDADE DE CUSTOS PARA AS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO DA EMPRESA

Para Franco (2020), a contabilidade de custos exerce um papel fundamental na promoção da sustentabilidade ambiental das empresas, permitindo que estas avaliem e aprimorem seu desempenho em relação ao meio ambiente. Ao registrar e analisar informações financeiras associadas às práticas ambientais, a contabilidade fornece uma base sólida para a gestão sustentável dos recursos naturais e para a minimização do impacto ambiental das organizações. Neste artigo, buscaremos explorar a relevância da contabilidade no contexto da sustentabilidade ambiental nas empresas.

Uma das principais contribuições da contabilidade de custos para a sustentabilidade ambiental reside no monitoramento e na comunicação das emissões de gases de efeito estufa e do consumo de recursos naturais, com base em que Roger e Tiaco (2017) afirmaram que a contabilidade ambiental possibilita que as empresas identifiquem as fontes primárias de emissões e consumo, estabeleçam metas para a redução e acompanhem regularmente seu progresso. Este processo não apenas aumenta a transparência nas práticas ambientais da empresa, mas também auxilia na identificação de oportunidades de melhoria e na implementação de medidas eficazes para a diminuição de impactos.

Segundo Jones (2020, p. 176), afirma que.

A contabilidade de custos exerce um papel fundamental na gestão da sustentabilidade empresarial, oferecendo instrumentos que permitem identificar, mensurar e otimizar os custos associados a práticas sustentáveis. Ao adotar a contabilidade verde, as empresas conseguem aprimorar sua eficiência operacional, reduzir desperdícios e, conseqüentemente, aumentar sua competitividade, tudo isso enquanto colaboram para a preservação do meio ambiente e promovem a responsabilidade social (JONES, 2020, p. 176).

Como mencionado, o autor enfatiza que a contabilidade de custos possibilita a identificação e a mensuração dos custos associados a práticas sustentáveis, incluindo a gestão de resíduos, a eficiência energética e o uso de matérias-primas renováveis, entre outros. Essa identificação viabiliza uma avaliação mais precisa dos impactos e retornos dessas ações, servindo como apoio na tomada de decisões estratégicas.

Diante dos fatos, segundo Jusei (2010) a contabilidade ambiental é essencial na avaliação do custo-benefício das iniciativas sustentáveis. Ao registrar e analisar os custos associados à implementação de práticas ambientais, como a instalação de equipamentos de energia renovável ou a adoção de processos de reciclagem, a contabilidade capacita as empresas a avaliar a viabilidade financeira dessas ações e os benefícios que podem advir a longo prazo.

Conforme Roger e Tiaco (2017), outro aspecto relevante é que a contabilidade ambiental auxilia as empresas a cumprirem com regulamentações e normas ambientais vigentes. Ao estabelecer sistemas contábeis para monitorar a conformidade com as legislações ambientais, as organizações podem mitigar penalidades e riscos legais, ao mesmo tempo em que evidenciam seu compromisso com a sustentabilidade perante os stakeholders. Ademais, a conformidade com normas internacionais de contabilidade ambiental, como as diretrizes do Global Reporting Initiative, eleva a credibilidade e a reputação da empresa no mercado.

Por fim, Para Kioto (2018), a contabilidade ambiental também contribui para a sustentabilidade empresarial ao facilitar a identificação e a avaliação de oportunidades de inovação e eficiência energética. Por meio da análise de dados contábeis relacionados a processos e operações, as empresas podem identificar áreas onde é viável reduzir o desperdício de recursos, otimizar o consumo de energia e materiais, além de adotar práticas mais sustentáveis.

A contabilidade desempenha um papel fundamental na promoção da sustentabilidade ambiental das empresas, fornecendo informações financeiras e estratégicas essenciais para a gestão. Ao monitorar e relatar dados relativos às emissões de gases de efeito estufa, ao consumo de recursos, aos custos e à conformidade com as legislações, a contabilidade capacita as organizações a avaliar seu desempenho ambiental, a implementar medidas eficazes para a redução dos impactos e a explorar oportunidades de inovação e eficiência (HERNANDEZ, 2019).

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

Para tanto, foi utilizado como métodos as abordagens qualitativo e quantitativo de natureza exploratória. Quanto aos meios de pesquisas utilizados neste trabalho estão os seguintes: Em primeiro momento foi realizado uma pesquisa bibliográfica, ou seja, baseada em autores e obras teóricas retiradas de plataformas via web (google acadêmico, revistas, livros, etc.) que permitiu discutir e formular indagações sobre este campo de estudo. Em segundo momento foi realizado uma pesquisa de campo que permitiu realizar coletas de dados através de um questionário estruturado.

Para Michel (2016), a pesquisa quantitativa é um método de pesquisa social que emprega a quantificação na forma de coleta de dados e na sua análise, utilizando técnicas estatísticas como percentual, média, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, entre outras.

A pesquisa qualitativa é um método de pesquisa que busca compreender um fenômeno particular de maneira detalhada. Diferentemente de estatísticas, normas e outras generalizações, ela utiliza descrições, comparações e interpretações, torna-se mais envolvente e menos sujeita a controle (MINAYO, 2000).

Segundo Vergara (2013), a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em conteúdos previamente criados, composta, em sua maior parte, por publicações e trabalhos acadêmicos, e é fundamental para a coleta de dados essenciais a respeito dos elementos que se relacionam, de forma direta ou indireta, ao tema.

A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.) (FONSECA, 2002).

3.2 LOCAL DE ESTUDO E CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS

O estudo ocorreu na empresa em razão social W. Pinheiro LTDA de nome fantasia Auto Posto Pinheiro sob seu CNPJ 54.106.435/0001-44. A empresa está localizada na Avenida Jacaranda, s/n, Piracaná, CEP n. 68.181-609, Município de

Itaituba/PA, que pertencente à Mesorregião do médio tapajós, localizada no norte brasileiro.

O Auto Posto Pinheiro, foi fundado em 28 de fevereiro de 2024 por Nilson Pinheiro, um empresário natural de Itaituba, Pará. Desde sua criação, o empreendimento surgiu com a missão de atuar no ramo de combustíveis, buscando oferecer produtos de qualidade e um atendimento diferenciado aos seus clientes. A fundação do posto marcou o início de uma trajetória pautada em dedicação, comprometimento e visão empreendedora.



Figura 1 – Visão frontal da empresa Auto Posto Pinheiro. Fonte: Santos (2025).

Desde o início das atividades, a W. Pinheiro Ltda vem priorizando a qualidade dos combustíveis comercializados, garantindo que os produtos atendam aos padrões exigidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).



Figura 2 – Logo marca da empresa Auto Posto Pinheiro. Fonte: Pinheiro (2024).

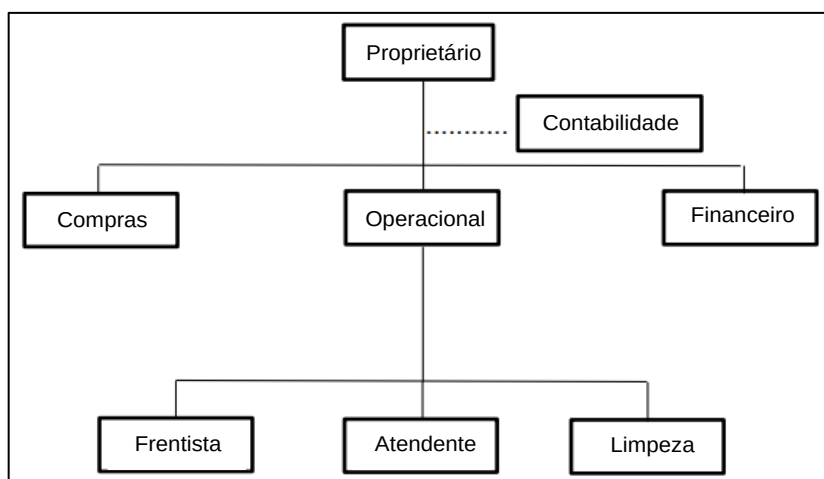


Figura 3 – Organograma da empresa Auto Posto Pinheiro. Fonte: Pinheiro (2024)

O organograma da empresa, apresenta uma estrutura organizacional simples e bem definida. No topo está o proprietário, responsável pela administração geral do posto e pela tomada de decisões estratégicas. Ligado a ele, de forma indireta, está o setor de Contabilidade, que presta suporte técnico e financeiro. Logo abaixo, encontram-se os setores de Compras, operacional e Financeiro, que garantem o funcionamento eficiente da empresa. O setor Operacional coordena diretamente as funções de Frentista, Atendente e Limpeza, essenciais para o atendimento ao cliente e a manutenção do posto.

O Auto Posto Pinheiro também possui espaços destinados a serviços de troca de óleo e lubrificação, reforçando o compromisso da empresa em oferecer soluções completas para o cuidado com os veículos. A manutenção da limpeza e da organização do ambiente é uma prioridade constante, garantindo um espaço agradável tanto para os clientes quanto para os funcionários.

3.3 INSTRUMENTOS E DADOS AMOSTRAIS

Para a realização do presente estudo, foi emitido e encaminhado documento comprobatório de autorização a empresa Auto Posto Pinheiro. A pesquisa foi aplicada e vivenciada no período do mês de novembro do ano de 2025, sendo aplicado um questionário ao gestor da empresa. O questionário continha dez (10) questões, sendo quatro (04) delas objetivas com múltipla escolha de respostas traçando seu perfil e seis (06) questões subjetivas relacionada a suas vivencias na empresa.

Segundo Carvalho (1998), questionário é um nome dado geralmente para designar uma coleção de questões que são perguntadas e anotadas pelo entrevistado, uma situação face-a-face ou online.

Os critérios de inclusão foram profissionais que compõe o quadro efetivo da empresa. Os critérios de exclusão foram menores de 18 anos e jovem aprendiz.

3.4 ANÁLISES DOS BENEFÍCIOS E DOS RISCOS

A Resolução 466/12, homologada pelo Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, afirma que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos os quais devem ser previstos e descritos no protocolo de pesquisa a ser avaliado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CNS, 2013).

Dessa forma, com base no que foi citado, este estudo não apresentando riscos para a sociedade, pois vem contribuir para que todos conheçam e adquiram novos conhecimentos referente ao autocuidado. A implementação da pesquisa possibilitou gerar e estimular entrevistado em ajudar a identificar pontos de melhoria, a promover o engajamento e a criar um clima organizacional saudável além de abordar aspectos como ambiente de trabalho, reconhecimento e benefícios.

3.5 ASPECTOS ÉTICOS

Em relação aos aspectos éticos da pesquisa, ressalta-se aqui que os autores deste trabalho utilizaram e respeitaram a lei dos direitos autorais, onde todos os atores utilizados para a produção deste trabalho foram devidamente referenciados na lista de referências. É importante frisar que este trabalho respeita os princípios éticos do trabalho científico. Para a preservação dos aspectos éticos da pesquisa com seres humanos, serão seguidas as disposições da Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS)/Ministério da Saúde (MS) 466/2012.

A concordância, por parte dos entrevistados, em participar do estudo foi manifestada individualmente, através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), mediante entrevista pré-estabelecida em que foram abordados pelo pesquisador os objetivos do estudo e o caráter confidencial da identidade dos entrevistados. Quaisquer informações que revelem a identidade das participantes serão protegidas e mantidas em total e absoluto sigilo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a pesquisa realizada foi aplicado um questionário avaliativo para o gestor proprietário da empresa W. Pinheiro (Auto Posto Pinheiro). A empresa atua no mercado desde o ano de 2000 (dois mil), contribuindo com o crescimento do município de Itaituba, Estado do Pará.

Com base na 05ª (quinta) questão realizada, questionou-se: houve algum momento marcante em que você percebeu que decisões sustentáveis também poderiam ser economicamente vantajosas? Pode compartilhar?

O gestor respondeu que: “Sim, na época do garimpo mercúrio foi quando o senhor teve uma visão vantajosa de crescer, foi quando veio a ideia de abrir um posto de combustível”.

Mesmo que seja voltada à mineração, traz insights aplicáveis para setores correlatos como a indústria de combustíveis no sentido para Angelakoglou e Gaidajis (2020, p. 64), afirmam que “como transformar uma atividade com impacto ambiental elevado em oportunidades de práticas sustentáveis”.

Para Sachs (2002), contextos de degradação ambiental frequentemente funcionam como catalisadores para decisões inovadoras, levando gestores a buscarem alternativas produtivas mais estáveis e sustentáveis. A iniciativa de abrir um posto de combustível, nesse sentido, representa uma tentativa de reorganização econômica, visando reduzir riscos ambientais e garantir continuidade financeira, o que reflete a noção de que sustentabilidade e viabilidade econômica não são excludentes, mas complementares.

O desenvolvimento econômico ocorre por meio de rupturas e reorganizações produtivas, impulsionadas por empreendedores capazes de identificar oportunidades em cenários de crise ou esgotamento de modelos anteriores. A percepção do gestor de que o garimpo baseado no mercúrio não se sustentaria a longo prazo reflete o reconhecimento de uma estrutura produtiva em declínio. A abertura do posto de combustível configura-se, assim, como um ato empreendedor schumpeteriano, no qual a decisão econômica surge não apenas como resposta ambiental, mas como estratégia de crescimento e geração de valor em um novo mercado (Schumpeter, 2015)

O comparativo teórico demonstra que atividades com elevado impacto ambiental podem se transformar em oportunidades estratégicas quando orientadas

por uma visão sustentável e inovadora. Angelakoglou e Gaidajis (2020) ressaltam que setores como a mineração geram aprendizados aplicáveis a áreas correlatas, como a indústria de combustíveis, ao evidenciar caminhos para converter passivos ambientais em práticas sustentáveis.

Essa compreensão converge com Sachs (2002), ao afirmar que contextos de degradação ambiental atuam como catalisadores de decisões inovadoras e de reorganização econômica, buscando maior estabilidade produtiva. Sob a ótica de Schumpeter (2015), tais mudanças refletem processos de ruptura e inovação impulsionados pela ação empreendedora diante do esgotamento de modelos produtivos tradicionais, reforçando que sustentabilidade e viabilidade econômica podem coexistir e se fortalecer mutuamente como estratégias de desenvolvimento e continuidade dos negócios.

Diante do exposto a quinta questão nota-se que é de grande relevância esta resposta pessoal com as ideias do autores teóricos, pois na época do garimpo, identificou-se impactos ambientais e a necessidade de migrar para algo com menor impacto e maior sustentabilidade, avaliando o desempenho de sustentabilidade de instalações de mineração o que conecta bem com seu histórico de garimpo e a transformação para um negócio mais sustentável.

Na 06ª (sexta) questão, indagou-se: você acredita que práticas sustentáveis aumentam ou reduzem os custos no longo prazo? Por quê?

Diante disso o gestor respondeu: “Sim, acredito que práticas sustentáveis reduzem os custos no longo prazo. Em meu posto de combustível, as ações como uso eficiente de energia, tratamento adequado de resíduos e manutenção preventiva diminuem desperdícios, evitam multas ambientais e fortalecem a imagem da empresa o que atrai mais clientes e gera economia para o município”.

Segundo Bello (2017, p. 52), afirma que “as práticas sustentáveis adotadas pelas empresas podem ser vistas, sob a perspectiva da estratégia empresarial, como aquilo que impulsiona o crescimento e a lucratividade corporativa a longo prazo”. Com base nesta visão, isso ocorre porque o esforço se concentra na busca e implementação de medidas para reduzir custos, tendo o potencial de ajudar as empresas a manter o uso de materiais dentro das quantidades planejadas, o que também tem implicações para a redução de resíduos.

Para Bello (2017), ações como o uso racional de energia, a gestão adequada de resíduos e a prevenção de desperdícios permitem às organizações controlar

melhor seus processos produtivos, reduzindo custos operacionais e evitando perdas financeiras. Além disso, a sustentabilidade passa a integrar a estratégia corporativa ao fortalecer a imagem institucional da empresa, o que contribui para a fidelização de clientes e para a ampliação da lucratividade ao longo do tempo, confirmando que o investimento inicial em práticas sustentáveis tende a gerar retornos econômicos consistentes.

Ao evitar multas ambientais, reduzir desperdícios e melhorar a reputação da empresa junto à sociedade e ao poder público, como relatado pelo gestor, a organização gera benefícios simultâneos para o negócio e para a comunidade, incluindo impactos positivos na economia local. Assim, a sustentabilidade deixa de ser um fator de custo e passa a ser um elemento estratégico capaz de promover vantagem competitiva sustentável no longo prazo (PORTER; KRAMER, 2011).

De forma comparativa, Bello (2017) e Porter e Kramer (2011) convergem ao compreender a sustentabilidade como um elemento estratégico capaz de impulsionar o desempenho econômico das organizações no longo prazo, afastando a ideia de que práticas sustentáveis representam apenas aumento de custos. Para Bello (2017), a adoção de ações como o uso racional de energia, a gestão eficiente de resíduos e a redução de desperdícios contribui diretamente para o controle dos processos produtivos, a diminuição de custos operacionais e o fortalecimento da imagem institucional, resultando em maior lucratividade e fidelização de clientes.

Complementarmente, Porter e Kramer (2011) ampliam essa visão ao enfatizar que a sustentabilidade promove a criação de valor compartilhado, ao gerar benefícios simultâneos para as empresas e para a sociedade, por meio da redução de riscos, da prevenção de multas ambientais e do fortalecimento da reputação corporativa, consolidando-se, assim, como fonte de vantagem competitiva sustentável.

Com base na resposta da sexta questão, a entrevista e a maneira de pensar dos autores, relatam que estas práticas empresariais sustentáveis reduzem o risco regulatório e aumentam a conformidade com as leis ambientais, evitando assim penalidades e processos judiciais, fazendo que esses ganhos impactam positivamente os resultados financeiros da empresa, mostrando que cuidar do meio ambiente e buscar eficiência econômica podem caminhar juntos.

Na 07ª (sétima) questão, indagou-se: na sua atuação como gestor, como você equilibra a pressão por redução de custos com o compromisso com práticas sustentáveis?

Diante da pergunta o gestor respondeu que: “Sim, como gestor, busco equilibrar a redução de custos e a sustentabilidade investindo em ações que tragam retorno a médio e longo prazo como manutenção preventiva, uso racional de energia e gestão eficiente de resíduos. Assim, reduzo gastos operacionais sem abrir mão do compromisso ambiental e da imagem responsável do posto”.

Byolr (2009, p. 235) fundamenta-se afirmando que “uma excelente reputação conquistada pela implementação e prática de negócios sustentáveis traz benefícios adicionais, como a redução de incidentes ambientais e a melhoria da eficiência operacional”.

Para Santos (2019), ao investir em manutenção preventiva, uso racional de energia e gestão eficiente de resíduos, o gestor demonstra compreender a sustentabilidade como um fator de otimização dos processos internos, reduzindo incidentes ambientais e evitando gastos adicionais. Essa perspectiva reforça a ideia de que a reputação construída a partir de práticas sustentáveis gera benefícios tangíveis, como maior eficiência operacional e diminuição de riscos, validando a sustentabilidade como um elemento estratégico na gestão empresarial.

Ao considerar simultaneamente a viabilidade financeira e a responsabilidade socioambiental, a empresa fortalece sua imagem institucional e assegura sua sustentabilidade no mercado, demonstrando que a integração desses pilares não compromete a eficiência econômica, mas, ao contrário, contribui para a perenidade dos negócios (ELKINGTON, 1997).

De forma comparativa, Byolr (2009), Santos (2019) e Elkington (1997) convergem ao reconhecer a sustentabilidade como um elemento estratégico capaz de gerar benefícios econômicos e operacionais às organizações. Byolr (2009) destaca que a reputação construída a partir de práticas sustentáveis contribui para a redução de incidentes ambientais e para a melhoria da eficiência operacional, enquanto Santos (2019) enfatiza que ações como manutenção preventiva, uso racional de energia e gestão eficiente de resíduos otimizam processos internos, reduzem custos e minimizam riscos.

Complementarmente, Elkington (1997), ao propor a integração entre viabilidade financeira e responsabilidade socioambiental, reforça que a adoção de práticas

sustentáveis não compromete a eficiência econômica, mas fortalece a imagem institucional e assegura a perenidade e competitividade das empresas no longo prazo.

Perante o questionamento e a resposta do entrevistado e o comparativo literários dos autores norteando a sétima questão, é notório que as pequenas ações enxergam a redução de custos e a sustentabilidade como aliados, e não como opostos, pois o equilíbrio vem de ter clareza sobre os objetivos da empresa, comunicando a importância da sustentabilidade para a equipe e tomando decisões que sejam financeiramente responsáveis, sem abrir mão de um compromisso real com o futuro.

Na 08ª (oitava) questão, questionou-se: quais práticas sustentáveis você incorporou pessoalmente na sua gestão que também trouxeram impacto financeiro positivo para a empresa?

O gestor respondeu: “Implementei o uso de iluminação em LED, controle de consumo de água e manutenção preventiva das bombas. Essas práticas reduziram o gasto com energia e reparos, além de tornarem o posto mais eficiente e sustentável”.

Segundo Porter e Kramer (2011), estratégias de criação de valor compartilhado permitem que empresas identifiquem oportunidades onde a sustentabilidade ambiental e social se alinha com a geração de resultados econômicos, mostrando que práticas responsáveis podem, simultaneamente, reduzir custos operacionais e fortalecer a competitividade.

Para o Michael (2020), quando as empresas incorporam questões ambientais e sociais ao centro de suas estratégias, elas conseguem inovar em processos, produtos e cadeias de valor, reduzindo custos operacionais como desperdícios de recursos naturais e ineficiências produtivas e, ao mesmo tempo, ampliando sua vantagem competitiva. Dessa forma, práticas sustentáveis deixam de ser apenas um compromisso ético e passam a representar uma fonte concreta de geração de valor econômico e fortalecimento estratégico no longo prazo.

As empresas que adotam práticas responsáveis conseguem alinhar eficiência econômica à preservação ambiental e ao desenvolvimento social, criando modelos de negócio mais resilientes e adaptáveis às exigências do mercado contemporâneo. Assim, a sustentabilidade passa a ser um fator de competitividade, capaz de gerar economia de custos, reputação positiva e maior legitimidade perante a sociedade (ELKINGTON, 2024).

De forma comparativa, Porter e Kramer (2011) e Michael (2020) convergem ao afirmar que a incorporação da sustentabilidade às estratégias empresariais não representa um custo adicional, mas uma oportunidade estratégica capaz de reduzir desperdícios, aumentar a eficiência operacional e fortalecer a competitividade, especialmente por meio da inovação em processos, produtos e cadeias de valor. Enquanto Porter e Kramer enfatizam a criação de valor compartilhado como um mecanismo de alinhamento entre resultados econômicos e impactos sociais e ambientais, Michael aprofunda essa visão ao destacar a sustentabilidade como eixo central da inovação e do fortalecimento estratégico no longo prazo.

Complementarmente, Elkington (2024) amplia esse debate ao evidenciar que práticas responsáveis promovem modelos de negócio mais resilientes, nos quais a eficiência econômica, a preservação ambiental e o desenvolvimento social se reforçam mutuamente, consolidando a sustentabilidade como um fator decisivo de competitividade, reputação e legitimidade empresarial.

Nesse questionamento em resposta a oitava questão, o gestor em seu domínio pessoal e ideias literárias indagadas pelos autores, verificou-se que ao investir em tecnologias que monitoram o consumo de energia e em programas de manutenção preventiva, o gestor e os autores conseguiram identificar em embasamento teórico a redução de perdas e despesas operacionais, ao mesmo tempo em que se diminui a emissão de gases poluentes, reforçando nosso compromisso ambiental e melhorando nossa imagem institucional.

Na 09ª (nona) e penúltima questão, indagou-se: você sente que sua atuação como gestor contribui para uma mudança de cultura na empresa em relação à sustentabilidade? De que forma?

Diante disso o gestor respondeu: Sim, acredito que minha atuação contribui para essa mudança. Procuro dar o exemplo no dia a dia, incentivando a equipe a adotar práticas como economia de recursos, descarte correto de resíduos e manutenção preventiva, mostrando que sustentabilidade também gera resultados positivos para o posto.

Schein (2010, p. 52), afirma que “líderes têm influência direta na formação e transformação da cultura organizacional, pois suas ações, decisões e prioridades moldam valores compartilhados e normas dentro da empresa”.

Para Bass (2016), ao atuar pelo exemplo e estimular práticas como economia de recursos, descarte adequado de resíduos e manutenção preventiva, o gestor

reforça uma visão coletiva de responsabilidade ambiental e eficiência operacional. Essa postura contribui para a consolidação de uma cultura sustentável, na qual os colaboradores passam a perceber que tais práticas geram benefícios tanto ambientais quanto econômicos para a empresa.

Schein (2010) e Bass (2016) convergem ao reconhecer o papel central da liderança na transformação da cultura organizacional, porém partem de enfoques complementares. Enquanto Schein enfatiza que a cultura é moldada a partir das ações, decisões e prioridades dos líderes, destacando a influência estrutural e simbólica da liderança na construção de valores e normas compartilhadas. Para Bass, o gestor promove mudanças culturais ao atuar pelo exemplo e incentivar práticas sustentáveis no cotidiano.

Perante o questionamento e a resposta do entrevistado norteando a sétima questão, é notório que sua atuação como gestor tem um papel importante na construção de uma cultura organizacional mais voltada à sustentabilidade, pois acredita-se que sua liderança pelo exemplo e comunicação constante sobre boas práticas ambientais geram engajamento e mudança de comportamento entre os colaboradores.

No contexto da operação de combustíveis, os autores teóricos e o gestor entrevistador, ambos se incorporam em uma visão incentivando práticas como a redução de desperdícios, a eficiência energética e o uso consciente de recursos, além de reconhecer e valorizar iniciativas sustentáveis da equipe. Essas ações, ao serem consistentemente promovidas, reforçam a percepção de que sustentabilidade não é apenas uma obrigação regulatória, mas um valor estratégico.

Na 10ª (decima) e última questão, questionou-se: qual é o seu maior aprendizado até hoje sobre como a contabilidade de custos pode ser uma aliada e não uma barreira para a sustentabilidade?

Diante da pergunta o gestor respondeu que: Meu maior aprendizado é que a contabilidade de custos ajuda a identificar onde podemos economizar sem comprometer a sustentabilidade. No posto, isso mostrou que investir em eficiência energética e manutenção preventiva reduz despesas e melhora o desempenho ambiental ao mesmo tempo.

Segundo Schaltegger e Burritt (2010), a contabilidade de custos ambientais oferece às empresas uma ferramenta estratégica para integrar informações sobre impactos ambientais aos processos de tomada de decisão, possibilitando não apenas

a redução de despesas operacionais, mas também a promoção de práticas mais responsáveis do ponto de vista ambiental.

A análise de custos permite identificar desperdícios e oportunidades de melhoria nos processos produtivos, contribuindo para a redução de gastos sem comprometer a qualidade ou o desempenho organizacional. Quando utilizada de forma gerencial, a contabilidade de custos deixa de ser apenas um instrumento de controle financeiro e passa a apoiar iniciativas sustentáveis, como investimentos em eficiência energética e manutenção preventiva (HORNGREN, 2012).

As ideias de Schaltegger e Burritt (2010) e de Horngren (2012) convergem ao evidenciar a contabilidade de custos como um instrumento estratégico capaz de alinhar desempenho econômico e responsabilidade ambiental. Enquanto Schaltegger e Burritt enfatizam a incorporação dos impactos ambientais nos processos decisórios, ampliando a visão gerencial para além do aspecto financeiro, Horngren destaca a identificação de desperdícios e oportunidades de melhoria como forma de reduzir custos sem comprometer a eficiência organizacional.

É possível identificar uma grande visão de embasamento de ideias entre a resposta do gestor e dos autores, pois, quando a contabilidade de custos é bem aplicada, pode ser uma poderosa aliada da sustentabilidade, ao fornecer dados precisos que permitem identificar desperdícios, otimizar processos e alocar recursos de forma mais eficiente, em vez de ser vista apenas como um instrumento de controle financeiro.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa realizada foi essencial para analisar como experiências pessoais e decisões estratégicas que podem transformar práticas empresariais em oportunidades de sustentabilidade. Essa perspectiva demonstra que decisões conscientes podem gerar benefícios não apenas para a empresa, mas para toda a comunidade local.

Ao analisar a percepção do gestor sobre os impactos financeiros de práticas sustentáveis, fica evidente que ações como eficiência energética, tratamento adequado de resíduos e manutenção preventiva contribuem para a redução de custos no longo prazo. A sustentabilidade, quando integrada à estratégia empresarial, impulsiona tanto a lucratividade quanto a competitividade da organização. No caso do posto, essas medidas também fortalecem a reputação da empresa e atraem clientes, criando um ciclo virtuoso de responsabilidade e retorno econômico.

O equilíbrio entre redução de custos e compromisso ambiental foi outro ponto enfatizado na entrevista. O gestor demonstra que é possível investir em ações de médio e longo prazo, como uso racional de energia e gestão de resíduos, sem comprometer os objetivos financeiros da empresa. Reforçando práticas sustentáveis bem implementadas fortalecem a reputação corporativa e aumentam a eficiência operacional, mostrando que sustentabilidade e rentabilidade podem caminhar juntas.

A construção de uma cultura organizacional voltada à sustentabilidade é outro aprendizado relevante da entrevista. Por meio da liderança pelo exemplo e do incentivo constante à equipe, o gestor promove engajamento e mudança de comportamento entre os colaboradores. Segundo Schein (2010), líderes moldam valores e normas organizacionais, e nesse contexto, práticas consistentes de economia de recursos e descarte correto de resíduos consolidam a sustentabilidade como parte da identidade da empresa.

Por fim, a contabilidade de custos surge como uma ferramenta essencial para integrar sustentabilidade e eficiência financeira. Ao monitorar despesas e identificar oportunidades de economia sem comprometer o desempenho ambiental, a gestão evidencia como a contabilidade pode ser aliada da sustentabilidade. Schaltegger e Burritt (2010) reforçam que informações precisas sobre impactos ambientais orientam

decisões estratégicas, mostrando que sustentabilidade e lucratividade não são opostas, mas complementares quando abordadas de forma planejada e consciente.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. **Custos e despesas ambientais**. São Paulo: Atlas, 2009.

ANGELAKOGLU, K.; GAIDAJIS, G. Avaliação da sustentabilidade na mineração: transformando impactos ambientais em oportunidades. **Journal of Cleaner Production**, v. 276, p. 1–10, 2020.

ARAÚJO, E.L.; HUNG, G.G.; LUIDE, V.; RUMO, Z.N. **ESG e sustentabilidade corporativa**. São Paulo: Atlas, 2018.

BAMPI, R. **Contabilidade de custos aplicada**. São Paulo: Atlas, 2018.

BASS, B. M. **Liderança e desempenho além das expectativas**. New York: Free Press, 2016.

BEBBINGTON, J. Contabilidade para o desempenho do desenvolvimento sustentável. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 28, n. 2, p. 137–154, 2015.

BELLO, J.C. **Sustentabilidade e estratégia empresarial**. São Paulo: Atlas, 2017.

BEN, Davi. **Normas ISO e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2005.

BORNIA, A.C. **Análise gerencial de custos**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC nº 750/1993**. Dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Brasília: CFC, 1993.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC nº 750/2003**. Brasília: CFC, 2003.

BYOLR, T. Sustentabilidade corporativa e reputação. **Business Ethics Quarterly**, v. 19, n. 2, p. 221–245, 2009.

CALDERAN, T.; JOR, G.Y.; KLUI, D.T.; BLUEE, A.A. **ESG e desempenho financeiro**. São Paulo: Saraiva, 2021.

CALDERAN, T.; JOR, G.Y.; KLUI, D.T.; BLUEE, A.A. **ESG: aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa**. São Paulo: Saraiva, 2021.

CAMILLERI, M. A. **O triple bottom line: sustentabilidade ambiental, social e financeira**. Corporate Social Responsibility and Environmental Management, v. 25, n. 5, p. 992–1000, 2018.

CARVALHO, M.C. **Metodologia científica aplicada às ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1998.

CES-FGV – CENTRO DE ESTUDOS EM SUSTENTABILIDADE DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Sustentabilidade empresarial**. São Paulo: FGV, 2006.

CES-FGV – CENTRO DE ESTUDOS EM SUSTENTABILIDADE DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Sustentabilidade empresarial: conceitos e práticas**. São Paulo: FGV, 2019.

CLARO, P.B.O.; CLARO, D.P.; AMÂNCIO, R. Sustentabilidade nas organizações: uma análise da integração entre discurso e prática. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 289-300, 2008.

CLARO, P.B.O.; CLARO, D.P.; AMÂNCIO, R. **Sustentabilidade empresarial e desempenho financeiro**. São Paulo: Atlas, 2019.

COSTA, A.A.N. **Contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2021.

COSTA, A.A.N. **Sustentabilidade e estratégia empresarial**. São Paulo: Atlas, 2017.

DONAIRE, D. **Gestão ambiental na empresa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

ELKINGTON, J. **Canibais com garfos: o triple bottom line dos negócios do século XXI**. Oxford: Capstone, 1997.

ELKINGTON, J. **Cisnes verdes: o próximo boom do capitalismo regenerativo**. New York: Fast Company Press, 2024.

FARIAS, L.C.; BARREIROS, R. **Indicadores de sustentabilidade e desempenho ambiental**. São Paulo: Atlas, 2020.

FARONI, W.; JUNI, S.Z.; QUISPO, G.E.; ZERALD, X. **Gestão ambiental e certificação ISO 14001**. São Paulo: Atlas, 2010.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FRANCO, H.; KILPER, J.V.; RIULSK, C.; COSTA, Z.W. **Contabilidade de custos**. Ed. 1. São Paulo: Atlas, 2016.

FRANCO, H. **Contabilidade de custos aplicada à sustentabilidade**. Now Plus, Ed: 22. São Paulo: Atlas, 2020.

GLOBAL COMPACT. **Guide to corporate sustainability**. New York: United Nations, 2015.

GOUVEIA, N.C. **Contabilidade geral**. São Paulo: Atlas, 1993.

HALL, J. **Estratégia ambiental e desenvolvimento sustentável**. New York: Routledge, 2017.

HANSEN, D.R.; MOWEN, M.M. **Gestão de custos: contabilidade e controle**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

HENDRIKSEN, E.S.; VAN BRED, M.F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2016.

HERNANDEZ, J.C. **Contabilidade ambiental e sustentabilidade empresarial**. São Paulo: Atlas, 2019.

HORNGREN, Charles T. **Contabilidade de custos: uma abordagem gerencial**. São Paulo: Pearson, 2012.

IBRACON – INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL. **NPA 11 – Balanço e ecologia**. São Paulo: IBRACON, 2011.

ISO – INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 14001: Environmental management systems — Requirements with guidance for use**. Geneva: ISO, 2015.

JONES, P. **Contabilidade de custos e gestão da sustentabilidade**. London: Routledge, 2020.

JUSEI, A. **Contabilidade ambiental aplicada**. São Paulo: Atlas, 2010.

KATES, R.W.; BIOBER, J.; SOUZA, J.S.; VAZ, N. Ciência da sustentabilidade. **Science**, v. 292, n. 5517, p. 641–642, 2003.

KHEMIR, S.; BRULESCK, N.; LULINSKI, T.; ALEXANDRO, F.A. Divulgação de ESG e desempenho das empresas. **Journal of Sustainable Finance**, v. 5, n. 2, p. 45–63, 2019.

KIOTO, M. **Inovação, eficiência energética e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2018.

KOLIVER, O. **Princípios fundamentais de contabilidade**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

KROETZ, C.A.S. **Contabilidade de custos**. São Paulo: Atlas, 2001.

LEONE, G.S.G. **Custos: planejamento, implantação e controle**. São Paulo: Atlas, 2000.

LOURENCE, M.H.. **Receitas ambientais e contabilidade sustentável**. São Paulo: Atlas, 2016.

LUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCOVITCH, J.; IMPERI, H.; NIOR, F.N.; CUNHA, A.L.; MILITAN, R. **Gestão ambiental e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora da USP, 2012.

MARION, J.C. **Análise das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2023.

MARION, J.C. **Contabilidade básica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MELIS, F. **História da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

MICHAEL, P. **Sustentabilidade e vantagem competitiva**. New York: Harvard Business Review Press, 2020.

MICHEL, M.H. **Metodologia e pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2016.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 2000.

NEVES, R. **ESG e desempenho financeiro das empresas brasileiras**. São Paulo: Atlas, 2022.

NICANOR, A.P.; PICINATTO, L.; EINSWEILLER, M.L. **Contabilidade: fundamentos e aplicações**. São Paulo: Atlas, 2022.

PACIOLO, M.A. **Evolução histórica da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2016.

PACTO GLOBAL. **Guia prático para a sustentabilidade empresarial**. Brasília: Rede Brasil do Pacto Global, 2018.

PAIVA, P.R. **Contabilidade ambiental: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e foco na prevenção**. São Paulo: Atlas, 2009.

PINHEIRO, N. **Documentos institucionais do Auto Posto Pinheiro**. Itaituba, 2024.

PIOTROWSKI, C. **Contabilidade aplicada às organizações**. São Paulo: Saraiva, 2020.

PORTER, M. E.; KRAMER, M. R. Criação de valor compartilhado. **Harvard Business Review**, v. 89, n. 1–2, p. 62–77, 2011.

RIBEIRO, M.S. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2010.

ROGER, L.; TIACO, B. **Contabilidade ambiental aplicada**. São Paulo: Atlas, 2017.

ROSA, F.; LUIIP, P.F.E.; JENIER, D.; BOSWISK, J. **Sistema de gestão ambiental ISO 14001**. São Paulo: Atlas, 2021.

ROSENBLOOM, D. **Accounting and civilization**. New York: McGraw-Hill, 2020.

SÁ, A.L. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2017.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANCHES, A.; NEVES, B.F.; PLUTON, Q.X.; VILENA, K.; LOPES, R.B. **Princípios contábeis aplicados à contabilidade de custos**. São Paulo: Atlas, 2021.

SANTOS, A.P.; SILVA, J.C.; OLIVEIRA, M.A.; NHIELA, G. A contabilidade de custos como ferramenta de apoio à sustentabilidade empresarial. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 45-60, 2019.

SANTOS, F. **Registro fotográfico institucional**. Itaituba, 2025.

SANTOS, J.C. **Gestão sustentável e eficiência operacional**. São Paulo: Atlas, 2019.

SANTOS, J.L. **Contabilidade de custos**. São Paulo: Atlas, 2011.

SCHALTEGGER, S.; BURRITT, R. **Contabilidade ambiental contemporânea**. Sheffield: Greenleaf, 2010.

SCHEIN, E. H. **Cultura organizacional e liderança**. San Francisco: Jossey-Bass, 2010.

SCHUMPETER, J.A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. São Paulo: Unesp, 2015.

SILVA, C.E. **Ativos ambientais e contabilidade sustentável**. São Paulo: Atlas, 2019.

SOUZA, M.T.S.; RIBEIRO, H.C.M. **ISO 14001: evolução, revisão e impactos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2019.

TINOCO, J.E.P.; KRAEMER, M.E.P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, J.E.P.; KRAEMER, M.E.P. **Receitas e despesas ambientais**. São Paulo: Atlas, 2019.

UNITED NATIONS. **Quem se importa, vence**: conectando os mercados financeiros a um mundo em transformação. New York: UN Global Compact, 2004.

VERGARA, S.C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2013.

WELSCH, G.A. **Orçamento empresarial**. São Paulo: Atlas, 2019.

APÊNDICE: QUESTIONÁRIO ELABORADO PARA A ENTREVISTA

CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA – LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Título: **RELAÇÃO ENTRE A CONTABILIDADE DE CUSTOS E A SUSTENTABILIDADE:** Um Estudo de Caso na Empresa Auto Posto Pinheiro no Município de Itaituba/PA

Público Alvo: Gestor da Empresa

PERFIL DO ENTREVISTADO:*1. Qual seu gênero?**

- a. ☒ masculino;
- b. ☐ feminino;
- c. ☐ outros ;

2. Qual sua faixa etária?

- a. ☐ 18 a 25;
- b. ☐ 26 a 33;
- c. ☐ 34 a 41;
- d. ☐ 42 a 49;
- e. ☒ outros ;

3. Qual seu estado civil?

- a. ☒ solteiro(a);
- b. ☐ união estável/amancebado;
- b. ☐ casado(a);
- c. ☐ divorciado(a);

4. Qual seu grau de instrução/escolaridade?

- a. ☐ ensino fundamental;
- b. ☒ ensino médio;
- c. ☐ ensino superior;
- e. ☐ especialização/pós-graduação;
- d. ☐ outros _____;

***QUESTÕES VIVENCIADAS:**

5. Houve algum momento marcante em que você percebeu que decisões sustentáveis também poderiam ser economicamente vantajosas? Pode compartilhar?

Sim

6. Você acredita que práticas sustentáveis aumentam ou reduzem os custos no longo prazo? Por quê?

Sim, acredito que práticas sustentáveis reduzem os custos a longo prazo.

7. Na sua atuação como gestor, como você equilibra a pressão por redução de custos com o compromisso com práticas sustentáveis? manutenção preventiva, uso racional de energia e gestão eficiente de resíduos.

8. Quais práticas sustentáveis você incorporou pessoalmente na sua gestão que também trouxeram impacto financeiro positivo para a empresa?

Iluminação de LED controle de consumo de energia e manutenção preventiva das bombas.

9. Você sente que sua atuação como gestor contribui para uma mudança de cultura na empresa em relação à sustentabilidade? De que forma?

Sim, do exemplo no dia a dia, incentivando a equipe adotar práticas como economia de recursos, descartes correto de resíduos.

10. Qual é o seu maior aprendizado até hoje sobre como a contabilidade de custos pode ser uma aliada e não uma barreira para a sustentabilidade? Meu maior aprendizado é que a contabilidade de custo ajuda identificar onde podemos economizar sem comprometer a sustentabilidade.